

O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre

Discourse about Canudos and the rhetoric of the massacre

El discurso sobre Canudos y la retórica del masacre

Leda Verdiani Tfouni

Professora Associada do departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto e pesquisadora do CNPq.
Correio eletrônico: lvtfouni@usp.br.

Lucília Maria Sousa Romão

Doutora em Psicologia pelo Programa de pós-graduação em Psicologia do departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto. Correio eletrônico: tantpalavras@uol.com.br.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estudar o discurso sobre o movimento popular de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, relacionando-o aos sentidos atribuídos ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e aos seus integrantes hoje. Trata-se de uma investigação científica, baseada nos princípios da Análise do Discurso de filiação francesa, que concebe o social como constitutivo da linguagem bem como postula o sujeito interpelado pela ideologia como uma posição no discurso, a qual é determinada historicamente. É possível afirmar que ontem e hoje, os camponeses politicamente organizados têm sido satanizados e criminalizados pelo discurso oficial, sempre sendo rotulados de bandidos, quadrilheiros, baderneiros e ilegais. Tal manobra retórica é apenas uma das várias estratégias de apagamento da legitimidade da luta popular e de silenciamento das reivindicações dos excluídos.

Palavras-Chave

Canudos – MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) – Sujeito – Ideologia e sentido.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 243-256	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

El presente trabajo tiene como objeto estudiar el discurso sobre el movimiento popular de Canudos, liderado por Antonio Conselheiro, relacionándolo a los sentidos atribuidos al MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) y a sus integrantes hoy. Se trata de una investigación científica, basada en los principios del Análisis del Discurso de filiación francesa, que concibe lo social como constitutivo del lenguaje así como postula el sujeto interpelado por la ideología como una posición en el discurso. Es posible afirmar que ayer y hoy, los campesinos políticamente organizados han sido satanizados y criminalizados por el discurso oficial, siempre recibiendo la designación de bandidos, cuadrilleros, alborotadores e ilegales. Tal maniobra retórica es apenas una de las varias estrategias para apagar el carácter de legitimidad de la lucha popular y de silenciamiento de las reivindicaciones de los excluidos.

Palabras Clave

Canudos – MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) – Sujeto – Ideología y sentido.

Abstract

The current work has the aim of investigating the discourse about the popular revolution of Canudos, which had Antônio Conselheiro as its leader, associating it with the senses attributed to the Landless Peasant Movement and its members nowadays. It is a scientific investigation, based on the French Discourse Analysis principles, that conceives the social as the responsible for the linguistic and postulates the subject as a position determined by the ideology. We show that It is possible to state that yesterday and today the peasants politically organized have been depicted as evil and criminal through the image of thieves, hooligans, illegal and gang leaders. This rethoric device is only one of the many strategies used by the dominant power in order to destroy the legitimacy of the popular fight and silence the protests of the socially excluded.

Keywords

Canudos – Landless Peasant Movement – Subject – Ideology and sense.

“ Poderão cortar as flores mas jamais deterão a primavera ”.

Henfil

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o episódio de Canudos, e sua destruição pelo governo federal, sob a forma de um acontecimento, que, ao lado de outros eventos históricos da luta pela terra no Brasil, tal como Contestado, por exemplo, marcou a memória discursiva firmando ali regiões de sentidos que disponibilizam um interdiscurso a partir do qual o camponês, o sem-terra, é discriminado, satanizado e criminalizado pelo discurso oficial.

Para tanto, mobilizamos como base teórica os conceitos da Análise do Discurso de filiação francesa (a qual nos referiremos daqui para a frente como AD), que instala uma nova região epistemológica em que o social e o discursivo afetam-se e constituem-se mutuamente (Orlandi 1996, p.150). Passa a mover conceitos dentro dessa abordagem ao afirmar que:

“Como a apropriação da linguagem é social, os sujeitos da linguagem não são abstratos e ideais, mas estão mergulhados no social que os envolve, de onde deriva a contradição que os define.”

Palco de disputas, confrontos e embates entre sujeitos, a linguagem, na AD não pode ser entendida como informação partilhada de maneira igualitária entre todos os sujeitos; na verdade,

ela orchestra um permanente e tenso jogo de posições discursivas que negociam e silenciam sentidos já postos e por vir. Segundo Orlandi

“... há tensão, confronto, reconhecimento e mesmo conflito na tomada da palavra. Há tensão entre texto e contexto (...) há tensão entre interlocutores: tomar a palavra é um ato social com todas suas implicações...” (idem, p. 151).

A tarefa de interpretar essa disputa política por dizer concorre para a investigação do funcionamento discursivo, buscando o sentido que está antes e depois das palavras, rompendo com a clausura da análise de conteúdo, dinamitando a visão de que o sentido é dado e único. (Guespin, 1971) adota uma conceituação interessante a respeito:

“Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dele um enunciado. Um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso”. [Trad. das autoras]

O conceito de condições de produção é bastante fecundo na AD, pois traz para a análise do sentido dos enunciados a maneira pela qual a linguagem é afetada pela ideologia, ou seja, as formas pelas quais a História se inscreve na Língua e a faz significar.

Posto que a linguagem é processo e disputa política, deixamos estabelecido que as palavras não apresentam um sentido dado aprioristicamente. Tampouco significam e mobilizam a mesma região de sentido para todos os sujeitos de modo uniforme e regular. Assim, já contemplando o objetivo deste trabalho, temos que palavras como terra, greve, salário e reforma agrária edificam sítios de significação diferentes se ditos por um sujeito na posição de patrão ou por um outro, alocado na posição de empregado. A contradição instalada na luta de classes está impregnada na linguagem.

Assim, pensar o sentido das palavras como núcleo duro ou tradução literal do pensamento não faz parte do quadro teórico ao qual nos filiamos. Orlandi engendra as margens e as bordas como lugares privilegiados de eclosão dos sentidos:

“Não há um centro, que é o sentido literal, e sua margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” (Orlandi, 1996, p. 144).

Por opção científica, portanto, nos colocaremos aqui no lugar que enfrenta a pluralidade, o intervalar, a falta e o opaco como constitutivos da linguagem. No viés do que está escrito são bordados dizeres e silêncios grávidos de significação. Traçado do não-dito que reclama interpretação. O que o sujeito deixou de dizer ao dizer? O que ele silencia no dito? Qual o sentido latente no que falta dizer? Tais questões postam um olhar teórico e metodológico fecundo, pois assentam a análise no funcionamento do discurso, longe de categorias e regras pré-fixadas.

Além dessas perguntas, existem outras de igual importância: de onde os interlocutores significam? Em que ninho eles encontram abrigo para se instalar? Ou melhor, em qual região do interdiscurso há possibilidade de o sujeito ancorar os sentidos que o tomam? Para responder esse rol de indagações (esse corre-corre atrás dos sentidos sempre a fugir), é necessário empreender uma tarefa interpretativa, que especula o modo de funcionamento da linguagem, tomando-a como edificação simbólica do conflito, da disputa política, da pluralidade e das margens não transparentes. Para tanto, as noções de sujeito, interdiscurso e historicidade, além das condições de produção

oportunizam chaves interpretativas vitais para a compreensão dos discursos sobre Canudos que serão aqui analisados.

Para a AD, o sujeito do discurso tem correspondência com certo lugar na ordem social; é posição, portanto. A memória do dizer é o mecanismo que guarda e disponibiliza sentidos e silêncios possíveis para o sujeito em uma posição dada. As condições de produção nos remetem aos espaço da conjuntura e do contexto em que as forças políticas e sociais se chocam, historicamente datadas.

Tendo estabelecido a moldura teórica que contorna o quadro da AD, ficamos à vontade para registrar o que temos investigado ao longo dos últimos quatro anos, ou seja, que há uma formação discursiva (FD) dominante e hegemônica que circula e retorna convenientemente modificada, acerca dos movimentos reivindicatórios pela posse da terra no Brasil, FD esta que associa o movimento com criminalidade e satanização, e cria o efeito de apagamento dos sentidos reivindicatórios legítimos instalados por esses movimentos. Contemplaremos aqui especificamente o caso de Canudos, mas já mostramos, em trabalhos anteriores, (Romão e Tfouni, 2002; Romão, 2002) que este processo é parte da memória discursiva e pode ser mobilizado e convenientemente atualizado em momentos históricos nos quais os grandes latifúndios, e todos aqueles que se perfilam em sua defesa, sentem-se ameaçados, como é o caso, nos dias atuais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST).

Sendo assim, pretendemos olhar o acontecimento discursivo de Canudos à luz das reflexões que já construímos desse lugar interpretativo, investigando como a história faz retornar o mesmo, a paráfrase, cristalizando um sentido dominante como se fosse a única forma possível de dizer. Temos certeza de que os sentidos não são unos, antes recolhem-se à esteira da multiplicidade e da fragmentação. Também seria ilusória a tentativa de apresamento do sentido literal: são várias as explosões e ramificações dos efeitos de sentido.

O que temos observado é que um sentido se impõe como dominante sobre todos os outros, quando o tema é MST e Canudos: o de que a baderna gerencia o discurso da luta pela terra, o de que os excluídos causam ameaça à ordem e paz nacionais e o de que não há legalidade nas estratégias de mobilização popular do campesinato. Cabe aqui reforçar a analogia, ainda que embrionária nesse ensaio: as estratégias retóricas usadas naquele período se assemelham muito ao que as grandes corporações midiáticas sinalizam como sentido dominante quando o tema é MST. Encravar tais sentidos como legítimos inculca uma visão depreciativa, preconceituosa e limitante dos processos reivindicatórios da luta pela terra. A partir deste ponto, iniciamos uma interpretação de como a historicidade faz retornar esses sentidos de ontem, marcando os passos das condições de produção dos dizeres sobre o movimento canudense, já que no momento em que se comemora o centenário da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, faz-se necessária uma reflexão sobre o discurso da imprensa e da intelectualidade sobre o movimento popular do Belo Monte.

Dentro do Belo Monte

Adentrando o contexto sociohistórico, temos que, no final do século XIX, as chamadas lutas messiânicas colocaram a problemática da terra em pauta, fazendo circular um discurso reivindicatório, de resistência em prol da repartição social do solo. Belo Monte, no sertão da Bahia, foi uma experiência igualitária, profundamente religiosa, que teve como grande articulador Antônio Conselheiro. Moniz coloca que:

“as camadas pobres do sertão acreditavam nas palavras de Antônio Conselheiro, não só nas que prometiam um reino celeste como nas que pregavam, na terra a próxima criação da comunidade igualitária” (Moniz, 1981, p. 29).

Fato é que, nesse momento, o discurso pela posse da terra tece uma mobilização grande de ex-escravos, índios, camponeses desamparados, artesãos, migrantes, pequenos proprietários de terra, homens tão cheios de convicção, que preferiram a morte a abandonar a cidade santa e se render. Ao lado da reivindicação política, instala-se o discurso da efervescência religiosa e do descrédito pela República. Antônio Vicente Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro, também reconhecido como Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus, Irmão Conselheiro, foi a liderança e autoridade capaz de fazer tremer a terra nos sertões baianos, não somente pelos dons divinatórios (de premonição e cura), que lhe eram atribuídos, mas sobretudo pela capacidade política de articular massas de excluídos, por ocupar uma posição-sujeito interdita ao sertanejo.

A situação social do sertão não delineava tranquilidade para a maior parte da população trabalhadora. Tomadas pela instabilidade de emprego, pelas dificuldades econômicas e miséria (especialmente no sertão) e pela intolerância dos grandes latifundiários, enormes massas de camponeses inauguraram um processo político de luta pela terra e, depois, de resistência em Canudos. Belo Monte arrebanhava também mulheres, que carregavam o título de canudense com a mesma devoção de quem leva o andor de um santo. Excluídos que se identificaram discursivamente com o sonho da terra sem males. Neto (2001, p. 21) chama a atenção para a população que acompanha o Conselheiro, afirmando que

“esse povo, de ambulante e desesperançado, vai gradativamente engrossando o séquito conselheirista. Jovens e velhos, homens e mulheres, escravos, libertos e índios, beatos e beatas, párias e marginais. Era o cortejo dos esquecidos e mal-aventurados, que se consolidava para incômodo dos grandes proprietários, aflitos com a desorganização do sistema produtivo carente de braços para a lavoura e pecuária”.

É certo que isso não acontecia por acaso. As condições de vida conquistadas dentro do Arraial incluíam a eliminação dos mendigos, entrelaçando todos os habitantes na ciranda do trabalho, disciplina e fé. A produção agrícola se consolidava de modo a atrair pequenos comerciantes, cresciam os rebanhos de cabras, exportava-se couro, a cadeia apodrecia sem nenhuma preso.

Entretanto, a despeito de todas essas conquistas sociais, discursivizava-se o fanatismo dos conselheiristas, o perigo do crescimento veloz da comunidade de Canudos e a ilegalidade daquele povoado. Benício (1997) materializa discursivamente essa posição-sujeito, alocando-se em uma zona de sentido que tenta anular tanto o valor político quanto a reivindicação daquela experiência. Diz o autor que:

“Era como um numeroso magote de ciganos, errando por países estrangeiros. Aleijados, doidos, donzelas, ladrões, doentes, assassinos, vagabundos, cantadores, mocambeiros, cegos, possessos, incestuosos, pobres, afortunados, prostitutas, a mais hedionda mescla que se pode aglomerar por monomania religiosa estendia-se atrás do Conselheiro, o chefe, o pastor e o pai daquele ambulante Pátio de Milagres. Era ele o guia do fantástico comboio humano [...]” (Benício, 1997, p. 36).

Segundo esse lugar interpretativo, a definição da população seguidora de Conselheiro não se qualifica pela fome, pela carência de emprego, pela falta de moradia, pela escravidão incessante que sofria. É constituída por toda sorte de anomalias físicas e mentais, deficiências de caráter, insanidades psíquicas, perversões de ordem individual e profissões de pouco valor. Todas as marcas (*doidos, possessos, assassinos, vagabundos, doentes, aleijados*) indiciam que a região de sentido em que o sujeito se alocou encara tal população com desprezo e minimiza o seu poder político e o drama socialmente vivido por ela. Ao destacar o grupo como *doente, bandido e marginal*,

processa-se uma atribuição de valores negativos, que desautoriza todos os atos coletivos como derivados de insanidade mental e desvio dos princípios civilizados da sociedade republicana. A narração acima coloca o grupo como o equívoco da ordem social da época.

A designação destinada a Conselheiro o coloca no lugar de *chefe*. Isso mobiliza uma zona de sentido, que alinha discursivamente a idéia de quadrilheiro, verdadeiro insulto à ordem e à autoridade dos senhores fazendeiros. A imagem de *chefe* se incumbem de reprimir a liderança política e popular, espancar a sua representação de aglutinador reivindicante, resumir o esquartejamento público de Conselheiro na tentativa de *conter o avanço da desordem*. Ela recupera a imagem de ladrão e líder da bandidagem. Achemos interessante frisar que esse significante será posteriormente atribuído ao líder João Pedro Stedile pela revista *Veja*, tal como discutimos em (Romão e Tfouni, 2002). Por agora, só pretendemos anotar que o sentido dominante elenca partículas de significantes e representações, que promovem o alinhamento de formações discursivas por um processo de identificação, que no caso da terra, é sempre a tentativa de criminalizar, diabolizar e negar os líderes políticos e a população que reivindica e se rebela contra a concentração de terra e renda.

Além de *chefe*, Conselheiro também é discursivizado no recorte que está sendo analisado, como *pastor* e *pai*. Ao defini-lo dessa forma, o sujeito resgata o sentido religioso desse primeiro significante. *Pastor* conduz o rebanho de ovelhas e remete ao coletivo *magote*. Na sua tarefa, o ato de guiar é sagrado pelas tantas metáforas apresentadas em parábolas e histórias do Evangelho, parecendo, assim, que o sujeito afia um elogio ao líder popular. No entanto, como já dissemos, as palavras mudam de sentido conforme o contexto em que são usadas e a posição de quem as enuncia. Assim, o significante *pastor*, aqui, não vem recuperar o sentido positivo e heróico do bom pastor, posto que sobrevaloriza-se às características perigosas e perturbadoras do líder e dos seus discípulos. Há um emparelhamento de significantes no mesmo discurso de modo a fazer funcionar Jesus e bandidagem lado a lado; “*donzelas e assassinos*” exemplificam isso. Naturalizam-se duas seqüências parafrásticas contrárias do ponto de vista semântico, criando um efeito de superposição que naturaliza o sentido em uma metáfora que originariamente seria uma antítese. Assim, a superposição produz um efeito de mixórdia. Silencia-se a conexão entre pastor, pai e chefe, e a palavra passa a funcionar como um fator da cegueira dos seguidores do Irmão Conselheiro.

Para engrossar a lista de significantes pejorativos e o funcionamento discursivo do fragmento acima, resta anotar as partículas *hedionda mescla*, *magote de ciganos*, *fantástico comboio humano*. Todas prontas a brocar sentidos negativos na população canudense. Se isolados, *prostitutas*, *possessos*, *incestuosos*, etc. eram perigosos, juntos representam uma mistura de diabolização, digna do status de inimigo nacional. O conjunto de defeitos, desvios e anomalias atribuídas aos humanos, equaciona uma realidade perigosa e alarmante, qual aglomerado de ciganos, povo andarilho, cuja reputação moral, em grande parte, repousa sobre a imagem de ladroagem e perigo. Por fim, todas as pessoas seguidoras de Conselheiro ingressam numa fila que parece um comboio, uma seqüência de veículos. Uma característica materializada lingüisticamente pela partícula *fantástico*. O fato de ser um quimérico comboio configura certa imagem de irrealidade, o exotismo e pés que não tocam o chão. Viagem apresentada como fruto de imaginação e elucubrações de fantasia risível que se constitui como mais um ingrediente imaginário desse discurso.

Ergue-se a voz que tenta calar tais ecos de miséria e exclusão, apagando o dilema social e a justificativa política, filiando-se à região de sentido de que não há outro motivo para tais movimentos senão a desordem, bagunça e perversão de seus atores numa vocação “natural” para desrespeitar as leis, o Estado, a Igreja e as instituições.

O movimento de Canudos destacou-se pela politização e pela conversão religiosa dos seus integrantes, conseguindo definir regras de conduta social bastante claras: observação da lei divi-

na, trabalho e disciplina, além do abandono dos vícios. Sola coloca as conseqüências desse processo:

“em Canudos não existiam mendigos ou prostitutas. As mulheres se vestiam de forma modesta, sem ostentar luxo ou miséria, e se ocupavam da fabricação de tecidos para a confecção de roupas, redes, etc., não faltando absolutamente nada a elas. A jornada de trabalho era de cinco horas diárias, com uma pausa para o almoço- ao passo que em algumas cidades da Bahia, Alagoas e Salvador a jornada diária era de cerca de doze horas em troca de um salário de 250 mil réis que mal dava para o sustento de uma família. O restante do tempo dos habitantes de Canudos era preenchido pelo lazer e pelas orações [...]. Todas as crianças tinham direito à educação e os adultos que quisessem aprender a ler e escrever também poderiam se matricular em uma das escolas existentes. Havia na comunidade uma cadeia, que por falta de uso acabou sendo apelidada pela população de poeira. Os assaltos não existiam e os crimes só raramente aconteciam, geralmente originados por ciúme e brigas entre casais. O assassino era expulso da cidade” (Sola, 1997, p. 40).

Percebe-se a dimensão sólida da primeira experiência socialista no sertão com o crescimento dos rebanhos de carneiros, porcos e aves, o trabalho nas plantações de batata, abóbora, cana, feijão, milho, além do abastecimento de toda a população com fartura e até mesmo da exportação de couro de cabrito para a Europa.

A existência de Canudos foi considerada ilegal e absurda por autoridades republicanas e até mesmo intelectuais do porte de Euclides da Cunha, que desmoralizaram a comunidade do Belo Monte com ataques preconceituosos e difamatórios, rotulando de *vadios, loucos, fanáticos e vagabundos* os que lá viviam. Fique marcado, já que aqui trabalhamos com as questões históricas das condições de produção desse discurso, que, na época, Antônio Conselheiro manifestava certa predileção política pela Monarquia, no momento de consolidação da República.

O governo brasileiro custou a destruir o Arraial; a população não se entregava, resistindo a investidas cada vez mais ferozes do Exército brasileiro. Entre orações, cantos e mobilização de defesa, mulheres, velhos e até crianças desenvolviam técnicas de guerrilha e luta corpo a corpo, defendendo suas casas e, principalmente, o santuário onde morava o Bom Conselheiro. Benício afirma que para os canudenses:

“[...] a morte não os atemorizava, doía-lhes, profundamente, o pensamento de que o arraial em que fizeram suas roças, em que tinham os seus casebres, trens e negócios, onde erguiam-se para o ar as duas enormes torres da igreja que não concluíram, caísse nas mãos dos soldados” (Benício, 1997, p. 203).

A decisão de lutar pelo Arraial fez o Exército perder quatro expedições, com soldados e munição cada vez mais pesada. Os majores se revezavam com vergonha e explicações de que o solo era ingrato, de que a seca consumia forças dos soldados, de que os ataques dos “fanáticos” vinham de locais imprevistos.

A população resistiu até o último grão de alimento e a última gota d’água. Com as fronteiras cerradas, sem conseguir captar água, sem chance de trocar produtos com os comerciantes vizinhos, a população foi definhando aos poucos. Fome e sede foram causas de inúmeros tombamentos. Feridos de guerra não recebiam tratamento, pois o enfermeiro e o médico do arraial foram fuzilados. Ainda assim, os rituais eram mantidos. Rezava-se nos mesmos horários, o sino batia as badaladas numa orquestração de normalidade, que, por vezes, confortava a população. Se para os canudenses o sino esculpia tranqüilidade no arraial, para os soldados significava ódio, pois representava vida e sobrevivência dos “loucos e fanáticos”. Timotinho era o beato sineiro, definido por

(Calasans, 2000, p. 22) da seguinte forma: *o sineiro do Belo Monte é uma das mais famosas figuras da guerra sertaneja de 1897.*

Ao manter viva a tradição do sino, o beato alimentava a população com uma crença pacificadora no momento em que canhões e infantarias se armavam para os ataques finais. Canudos tinha se tornado uma questão de honra para o governador e o presidente: o massacre estava anunciado. A primeira bala de canhão liquidou o sineiro nas últimas badaladas do dia. A segunda fez a torre e o sino virem abaixo. Ao escurecer, a população assistiu- atônita e incrédula- ao desabamento de um dos ícones sagrados do arraial: as batidas do sonho igualitário foram devoradas por um monstro sem cabeça.

Conselheiro morreu em 28 de setembro de 1897. De inanição, de estilhaço de bala ou de desintéria (*caminha* como a doença era chamada), há controvérsias a respeito. Foi sepultado pelos beatos no próprio Santuário em que viveu. A população rendeu-se ao desânimo, à fome e ao cansaço. Em 2 de outubro de 1897, o horror brocou um sentido novo àquela terra. Os bombardeios foram intensificados. Fuzilamentos. Um beato da confiança de Conselheiro, muito respeitado pelos habitantes do arraial, propôs ao general do Exército rendição dos sobreviventes. Pediu que os sobreviventes fossem embora pelos sertões sem armas, apenas vivos. Os oficiais concordaram. Benício narra tal passagem com o requinte de quem viu a cena da rendição:

“As pobres mulheres e crianças, antes de falar pediam água... água! Aquela grande miséria confragia a alma de todos. Metia dó e pena encarar aqueles rostos macilentos e sulcados de rugas profundas de sofrimentos indizíveis. Algumas, feridas, com o sangue coalhado, emplastrado entre os cabelos poeirentos, amamentavam os filhos: outras, baleadas nas pernas, no dorso, nos braços, torciam-se de dores. Os pequerruchos enrolavam-se medrosos nas barras das saias sujas e esfarrapadas das mães. Beatinho conseguiu trazer um milhar de mulheres e crianças, que eram entregues a determinados batalhões, que desapareciam com os bandos por trás dos morros” (Benício, 1997, p. 212).

Todos degolados um a um. Os oficiais limpavam o sangue humano na sola dos sapatos ao som de risos. Macotas, moradora do Arraial, levantou-se e desafiou os oficiais ao ver tamanha brutalidade. A fala dela se inscreve no lugar da resistência, no movimento discursivo da voz que não quer ser calada. O sentido que se instala nega o extermínio de que é vítima, refuta a censura e o tratamento recebido à bala de canhão. Mais do que falar, o sujeito grita, na posição de vitimado, o seu protesto. Na seqüência, estão reproduzidos o diálogo entre Macotas e o oficial:

“– Os senhores se apoderaram de nossas casas, dos nossos potes, das nossas roupas, do nosso feijão, de nossa farinha, do nosso milho, de tudo quanto tínhamos! O que querem mais? Não temos mais em que carregar um pingo de água nem o que comer; andamos todos esmolambados, assim! O que querem mais! Tocaram fogo em nossas roças, mataram os nossos filhos e maridos, não estão satisfeitos?! Querem o Conselheiro, não é? Pois bem, não o terão. Já morreu. O Pai de nós todos, que me está ouvindo e viu e vê o que os senhores fazem, chamou-o, está morto. O que mais desejam? A nós mulheres? Homens há poucos lá dentro e estes não se entregarão, morrerão todos, um por um, no combate, que é bem melhor de que se degolado como os senhores têm feito aos desgraçados que lhe vieram pedir socorro. Degolem a todos; degolem os filhos também, para que não reste um só que como eu, agora, amaldiçoe mais tarde a todos, a todos, raça danada!! – Cala-te, diabo! – Calar-me? Era o que faltava. Querem tirar-me a voz também? Pois é fácil; cortem o pescoço, como têm feito às minhas companheiras” (idem, p.212).

O confronto de sentidos potencializa dois territórios. De um lado, o sujeito expressa o clamor de quem não foi respeitado. Vilipendiado e sobrevivente de uma série de violências, o sujeito posta a sua indignação. Com a *roça, casa, pote, milho, feijão, farinha, roupas* roubados e destruídos, materializa-se lingüisticamente o trapo humano a que o canudense foi reduzido. Com o *filho, marido* mortos, com a *família* esfacelada, ele foi alfabetizado na cartilha da destruição, excluído até mesmo do convívio com os seus.

Ao relatar a escalada de perdas impostas pelo outro, o sujeito enuncia uma série de perguntas para as quais não fornece (nem existem) respostas. *O que querem mais? O que mais desejam?* escancaram o grau máximo de humilhação, sofrimento e privação a que o sujeito na posição de canudense é reduzido. A repetição do *mais* materializa uma pressuposição: existe a possibilidade de que algo mais aconteça. Algo impossível para a mulher (posto que todas as perdas já foram contabilizadas, posto que o “eu” já ficou reduzido à miséria sacrificada), mas que ela sabe existir para a posição de soldado. Nem água para ela, mais castigo e degola para ele. Há um anúncio da morte e da tortura finais, marcados discursivamente. Na posição de total humilhação, o sujeito *sem “um pingo de água nem o que comer*, sabe que só tem a morte como pagamento final por existir. Prenuncia o seu fim, qual os cativos que se matavam afogados, como as negras que abortavam ou destruíam seus filhos logo após o nascimento. A voz é metáfora da última forma de resistência: o silêncio das reivindicações é garantido pela degola de todos os viventes, a perda das cordas vocais e da vida não garantem a vitória diante do massacre.

No confronto descrito acima, dois sentidos entram em rota de colisão. A posição da resistência na voz do sujeito, que busca significar-se a partir dos seus direitos em choque com a posição daquele que ocupa o lugar hierárquico superior, com o poder já assegurado em suas mãos. Nessa última posição, coloca-se o sujeito que vê o Arraial como perigo, como uma ameaça às leis. Ele se filia à concepção oficial da Igreja, que promovia uma associação entre o poder magistral da instituição santa e a religiosidade perigosa e fanática dos seguidores do Irmão Conselheiro. O outro é enviado à zona da diabolização, do mal e do poder satânico, que causa destruição da vida em sociedade e, sobretudo, da paz e generosidade divinas a que os eleitos pela Igreja tinham direito. *Diabo* materializa isso lingüisticamente. Ao usar o verbo no imperativo – *cala-te* –, o sujeito assenta-se sobre uma posição discursiva que lhe atribui o poder de permitir a fala ou impor o silêncio. Registra a ordem, o imperativo da autoridade que julga ter pela imagem da farda e pelo cargo oficial que ocupa, destinando a mulher ao lugar de silenciada e, depois, de morta física e simbolicamente.

A explicação para a identificação do sentido dominante com a Igreja oficial dá-se de modo simples. Diante da existência simplória e cristã, maturada por Conselheiro e seus seguidores, a Igreja se assustou. Com o exemplo da grande quantidade de adeptos do Bom Senhor Conselheiro, ela se inquietou. A mobilização de tantos excluídos e o crescimento da imagem do profeta, tido como santo pelos seus discípulos, determinaram uma situação de pavor nos setores mais conservadores dessa instituição religiosa. O crescimento vertiginoso do arraial fez com que a Igreja e também o Estado se sentissem ameaçados em suas esferas de poder. Neto mostra que

“o clero, sentindo-se ameaçado, inquietava-se. Ancorados no caráter oficial da religião católica e motivados por interesses subjacentes contrariados especialmente o esvaziamento das igrejas os padres deblateravam e escreviam ao Arcebispado, urdindo tramas e pedindo providências contra o inoportuno Pregador. Argüiam junto ao Estado o acionamento de mecanismos repressivos de controle social e, no plano doutrinário, buscavam desqualificar a palavra e a pessoa de Antônio Conselheiro” (Neto, 2001, p.20).

As expedições (especialmente a quarta tentativa de massacrar Canudos) foram uma carnificina, que tiveram como troféu a cabeça putrefata (estava morto há quase um mês) e degolada do líder Antônio Conselheiro, que sofreu a acusação de loucura e insanidade como atesta a troca de ofícios entre D. Luís, arcebispo da Bahia, e o provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro bem como entre autoridades políticas e eclesiásticas da época. Benício compilou dizeres escritos das personalidades religiosas citadas acima:

“Tenho a honra de passar às mãos de V.Exa Rvma o ofício, junto, por cópia, que nesta data dirijo ao Exmo. Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no ‘Hospício de Alienados’ da corte...”

“Venho rogar a V. Exa. Que se digne obter do Exmo Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia dessa Corte a admissão do infeliz monomaniaco no Hospício de Alienados [...] para que cesse o estado de perturbação moral e material em que se acha grande parte do povo do interior da província.”

“Exmo. Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no Hospício de Alienados, da corte, como atacado de monomania religiosa”

“Declaro a V. Exma, em referência a seu ofício de 15 de junho último, que conforme me comunicou em data de 1 mês a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, não há presentemente no Hospício Pedro II, um lugar disponível para o alienado Antônio Vicente Mendes Maciel” (Benício, 1997, p. 27-28, p. 51-53).

Os recortes acima somados ao diagnóstico sentenciado pelo doutor Raimundo Nina Rodrigues, famoso antropólogo e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, representante-mor do lombrosionismo no Brasil, constituem um farto material para a interpretação. Ao analisar o crânio do líder, do alto dos paradigmas positivistas da época, ele ditou:

“O crânio de Antônio Conselheiro não apresenta nenhuma anomalia que denunciasses traços de degenerescência: é um crânio mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes [...] É pois um crânio normal” (Villa, 1999, p. 218).

O paradigma científico, que é discursivizado pelo fragmento acima, pretende estabelecer o controle do indivíduo, que é apresentado como descritível, medido e pesado fisicamente, ao mesmo tempo em que procede a um apagamento das características particulares de personalidade e ideologia. Para tal visão médico-anatômica do sujeito, o indivíduo é engessado pelo resultado de sua descrição fisionômica, fechada em categorias inflexíveis. Ao falar do tamanho e do funcionamento do corpo, da cor e das funções físicas do indivíduo, das feições do rosto, cria-se o efeito de sentido de que é possível deste modo ter acesso ao campo mais íntimo dos homens, sendo possível, assim, determinar os traços de sua personalidade. A esse respeito, Courtine e Haroche afirmam que:

“ao adivinhar a interioridade de um sujeito a partir das marcas significantes que se oferecem para ser lidas sobre seu rosto, compor-se-á a mais favorável expressão para chegar a seus fins. [...] Estas são questões longínquas, indissociáveis, desde a origem, do exercício do poder e presentes ao próprio nascimento da reflexão moderna sobre o político” (Courtine e Haroche, 1988, p. 61-68).

Ao analisar o rosto, os traços fisionômicos e a aparência do indivíduo, pretendia-se chegar a uma base fixa, cuja decifração maior seria colocar em relevo um ser observável, e, por assim dizer, controlado politicamente. Tal paradigma teve início com a antropologia criminal de Lombroso com o *slogan* de que era preciso “identificar os indivíduos a partir de uma classificação que sistematiza traços de morfologia facial. São tipos que esta classificação pressupõe: o degenerado, o melancólico [...] ou o gênio” (Courtine e Haroche, 1988, p. 69). Nesse sentido, o apagamento da capacidade de linguagem e a inexistência de particularidades colocam o homem na sua condição de animalidade mais originária, resumido à biologização das suas emoções e dos seus posicionamentos políticos e ideológicos.

O rosto, e por que não dizer o crânio?, refletem silenciosamente traços constantes, repetitivos e passíveis de classificação. No caso, a loucura se repete sempre da mesma forma com características identificadas a partir do visual. Assim, Antônio Conselheiro foi classificado como homem degenerado, louco, criminoso e sem raios de lucidez. Ora, para um alienado típico, doente mental (e louco), abrem-se duas possibilidades. A primeira é o postulado médico da internação e do afastamento do convívio social sob o parecer de uma doença incurável e tida como perigosa. A outra instância, que descreve a “normalidade’ funcional do cérebro de Antônio Conselheiro foca a atenção no seu aspecto fisiológico, silenciando a liderança política e religiosa que ele foi. Há um movimento de apagamento do seu valor político, questionado pela suposição de uma anormalidade física, demência ou loucura. Registrada a sanidade mental, o articulador de Canudos desaparece. Nega-se o líder, faz-se adormecer o discurso da mobilização social.

Além da imagem de *louco e insano*, outras representações para a liderança canudense são materializadas discursivamente pelo sentido dominante na posição que os padres se inscrevem. Frei João Evangelista de Monte Marciano foi o capuchinho italiano que adentrou o arraial com a missão “santa de converter os habitantes” e fazê-los retornar à vida republicana, aceitando o Estado e a Igreja oficiais. O relatório feito pelo frei como registro da viagem apresenta uma fotografia negativa do espaço físico, expondo crítica, preconceito e difamação, como por exemplo, o uso de vários adjetivos serve para construir o efeito de desvio político e religioso que Canudos encerraria. Assim, em sua descrição, ele escreve:

“A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada nos Canudos, não é só foco de superstição e fanatismo e um pequeno cisma na Igreja Baiana; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído. [...] Naquela infeliz localidade, portanto, não tem império a lei, e as liberdades públicas estão grosseiramente coarctadas. [...] Aquela situação deplorável de fanatismo e de anarquia deve cessar para o honra do povo brasileiro para o qual é triste e humilhante que, ainda na mais inculta nesga da terra pátria, o sentimento religioso desça a tais aberrações e o partidarismo político desvaire em tão estulta e baixa reação” (Marcondes, 1997, p. 118-119).

Toda a materialidade lingüística constrói uma fotografia capaz de desqualificar Canudos com tonalidades sombrias como assinalamos a seguir. Em primeiro lugar, ele recita uma ladainha de desmerecimentos, ocupando a posição de autoridade religiosa. *Seita, superstição, fanatismo, pequeno cisma na Igreja* arrastam o reduto do santo guerreiro para uma zona caricatural, marcada pela fê cega e perigosa, pois há na religiosidade sertaneja um desvio. Como representante da Igreja Oficial, em grande medida conivente com os abusos do poder latifundiário, o sujeito se posta em um campo civilizatório, tratando o outro com os adjetivos que possam condená-lo: “desprezível, perigoso, funesto, infeliz”. Interessante perceber que o funcionamento discursivo aponta uma

gradação com a seqüência sintática “não é só X, é principalmente Y”. Somados os inconvenientes do reduto, destaca-se a ameaça não só à Igreja, mas a toda nação.

O sujeito se move, então, da posição de líder religioso para o lugar de representante do povo. Fala pelo povo em prol do nacionalismo, da soberania e segurança nacionais. A ideologia que o interpela e a sua relação de proximidade umbilical com o poder político vigente parasitam o seu olhar, contaminando-o com a doença do preconceito. “Anarquia, honra do povo brasileiro, partidatismo político, terra pátria, liberdades públicas, lei” encerram a ocupação de um lugar endossado pela opinião pública, como se o sujeito expressasse a própria voz e vontade do povo. A mobilidade do sujeito dentro da formação discursiva dominante, ora cria um efeito de autoridade religioso, ora político, mas sempre oportuniza a legitimidade do seu saber e a culpabilidade dos canudenses.

Colocando-se como centro da verdade e normalidade já descritas, o sujeito instala-se na posição que condena o desvio e a transgressão religiosa dos canudenses, buscando reduzi-los em número e expressão. *Seita*, *cisma*, *núcleo*, *nesga* são marcas usadas por Frei Marciano e que materializam lingüisticamente partes incompletas, fragmentos do todo. Interessante colocar aqui o processo de nomeação e designação do arraial. Todas as metáforas ensaiam um largo espaço de discursividade, em que o silêncio joga sentidos em rotação. Orlandi, ao estudar a denominação *Nova República* a partir de recortes de discurso e Tancredo Neves, afirma que:

“Portanto, um dos aspectos fundamentais desse ato de nomear é o silêncio que ele cria. Podemos, então, perguntar: o que este nome silencia? [...] Em suma o que a fala da Nova República faz é instituir um espaço de discursividade onde, de um lado, se silenciam discursos que falariam da ditadura ou de outras formas de governo e, ao mesmo tempo, se garante que alguns sentidos e só eles circulem, a aí circulem necessariamente” (Orlandi, 1996, p. 271-274).

Da mesma maneira, Canudos recebe um tratamento que instala o efeito mínimo de representação política e religiosa, silenciando a dimensão revolucionária daquela experiência. Ao falar do pequeno, parte, fragmento, reduz-se o conflito, atrofia-se a reivindicação e luta pela terra, sutura-se a discursividade por onde escorre o sangue da indignação e da mobilização dos pobres. O sujeito direciona o sentido para a região da ilegalidade, ameaça, loucura, fanatismo, organizando as relações de poder de modo a convencer o leitor de que o sertanejo de vítima da violência passa a ser narrado como a causa e a origem dela.

Na guerra do fim do mundo, *seita* funciona como a indicar uma doutrina ou sistema de alguns sem o estatuto simbólico de uma Igreja, instituição de vários integrantes. *Cisma* é a segunda partícula a indicar a estratégia do sujeito para tornar mínima a representação do arraial. Tomando emprestado o sentido da palavra, o sujeito transporta o seu uso, desviando-o para o lugar que subestima o valor da religiosidade canudense e atribui desvalor aos integrantes de Canudos. Eles são dissidentes da grande mãe (Igreja Católica), deserddados da fé; assim, não podem ser narrados como célula inteira, mas como parte pequena, *núcleo* apenas.

Para encerrar o quadro de anormalidade e desvio, relativos à montagem de Canudos, para engrossar a redução do grupo mínimo, o sujeito usa *foco*. O sujeito do discurso promove uma associação entre Canudos e ponto de infecção, fonte de contágio e epidemia, como a indicar o perigo da contaminação emergente naquele arraial. O sentido entra em uma região que justifica a ação asséptica e higiênica do Estado e da Igreja.

O poder oficial da Igreja, representado pela sua proximidade com os proprietários de terra, também aparece configurado lingüisticamente no recorte a seguir. O vigário de Inhambuque escreveu um texto (1886) em que o funcionamento discursivo aponta uma identificação com a posição-sujeito apresentada acima:

“... se o dito Conselheiro fosse somente um herege catholico perverso, um falso profeta, nós sacerdotes tínhamos sempre ao nosso lado a verdade, sustentada pelos legítimos superiores e por nós, e havíamos de sair vitoriosos; mas como o tal se pôs de valentão, de bravo, de chefe de quadrilha, é necessário prevenir as Autoridades Eclesiásticas e Cívicas, para que em tempo sejam dadas as devidas providências, afim de que não tenhamos de deplorar maiores males” (apud Neto, 2001, p.19).

O recorte setoriza dois grupos. De um lado, a *verdade*, autorizada pelas figuras representáveis da Igreja e do Estado, *Autoridades Eclesiásticas e Cívicas*, cujas iniciais se escrevem com letra maiúscula. Aparentadas pela riqueza e representação política, incorporam o próprio *status* de agentes do bem, legitimados pela interpretação das “leis divinas”, compactuando com o poder supremo de tomar decisões em prol da *providência* divina e humana. O sujeito se (e os) coloca no lugar sábio, privilegiado, de representantes da vontade de Deus na terra (Igreja) e do regime político confiável (República).

Contra tais autoridades religiosas, se arma a bandidagem. *Bravo, valentão, perverso e falso*, o profeta do mal – *dito Conselheiro* – proclama a ruptura com os sentidos tidos como aquelas de uma “vida distinta”, equaciona preceitos de corrupção leitura das leis divinas, ameaça a Igreja e o Estado com heresias sem fim. Os males disseminados por *esse louco e seu bando* são materializados no discurso com o atributo *chefe de quadrilha*. Quadrilheiro e agente salteador, que anda em bando, alinham a diabolização ideal para condená-lo ao lugar de bandido e fora da lei. Há dupla acusação quando o sujeito envolve o fanatismo no seio da criminalidade. Conselheiro e seus beatos são representados como belzebus do sertão. Não constam dessa equação discursiva os miseráveis, os desempregados e expulsos da terra, os escravos mutilados de representação política e jurídica. Não vêm ao caso a mortalidade de levas de humanos em detrimento de fome, doenças e precárias condições de vida. Também não importa quem aprendeu a ler no alfabeto da exclusão social, sumaria-se a tosca explicação de que há um inimigo nacional a ser reprimido, pois a “paz dos homens de bens” está ameaçada.

Durante a quarta expedição, o general Artur Oscar pediu reforço de mais de cinco mil homens, depois outros quatro mil homens, num total de quase 12 mil soldados, para atacar o reduto de “bandidos” durante aproximadamente um ano. Quando da “vitória” dos oficiais, a *Gazeta de Notícias* publicou:

“A cidadela maldita, onde o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para a eterna vergonha de nossa Pátria, não existe mais” (Galvão, 1994, p. 214).

Representada como reduto de bandidos e tecida pelas imagens de *ignorância, fanatismo, maldição, estupidez, perversão e vergonha*, a cidade é escrita em seu diminutivo – *cidadela* –, materializando, no funcionamento discursivo, uma tentativa de minimizar os avanços econômicos e sociais do Arraial. A *cidadela* é pequena em tamanho físico e em representação simbólica. Na mesma região do sentido dominante e oficial, se inscrevem os recortes abaixo que (Benício, 1997, p. 23, 98, 102, 104) deixou como registro jornalístico. Todos eles indiciam que, nos momentos de ataque a Canudos, a forma de designação dos conselheiristas se identifica com a imagem de bandidagem:

“Faço apresentar a V.Sa. o indivíduo que se diz chamar Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, que suspeito ser algum dos criminosos dessa província que andam foragidos.” – ofício para a secretaria da polícia da Bahia.

“Antônio Conselheiro (...) chefiando milhares de bandidos e assassinos que vêm devastando do interior para a costa.” – Manoel Benício.

“Aguardo ordens. Oficiais e forças estaduais corretíssimos. Bandidos engrossam Canudos.” – Major Febrônio ao Chefe de Segurança Pública.

“Autoridades população Monte Santo em nome, vida e honra da família brasileira pedem façais quanto antes marchar força comando major Febrônio, detida quatro léguas de Monte Santo, a fim de neutralizar assalto presumido ou preparativos fuga bandidos.” – Juiz de direito de Monte Santo, dr. Gomes Forte Pontes ao governo do Estado.

Fica bastante cristalizado o dizer que desqualifica a mobilização política e, em seu lugar, narra o perigo à nação, a ilegalidade, a desordem e o fanatismo. Tal sentido dominante oficializou a retórica de satanização e criminalização que hoje se atribui aos fatos realizados pelo MST. Cabe aos leitores de plantão interpretar o que esse discurso significa e a quem ele serve.

Referências bibliográficas

- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CALASANS, José. *O Estado-Maior de Antônio Conselheiro* (quase biografia de jagunços). São Paulo: Edições GRD, 2000.
- COURTINE, Jean Jacques; HAROCHE, Claudine. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao XIX. In: LANE, S. T. M. (apres.) *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC, 1988, p. 61-86. (Série Cadernos PUC)
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.
- GUESPIN, A. *Problematiche des travaux sur le discours politique*. Paris: Larousse, 1971. (Langages, n. 23)
- MARCONDES, Ayrton. *Canudos: as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Círculo do Livro, 1997.
- MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981.
- NETO, Manoel. Canudos, palavras, imagens e desafios. In: NETO, M.; DANTAS, R. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo – história oral temática*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; TFOUNI, Leda Verdiani. Vejam, caros amigos: o litígio discursivo. *Revista Eletrônica de Ciência Política ACHEGAS*, n. 2, 2002. (www.achegas.net)
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 2002. 310 p. (Tese de Doutorado em Psicologia)
- SOLA, José Antônio. *Canudos: uma utopia no sertão*. Campinas: Contexto, 1997.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.